

## O LIVRO DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB UM OLHAR DECOLONIAL

**Suely dos Santos Souza<sup>1</sup>**  
**Gláucia Maria Costa Trinchão<sup>2</sup>**  
**Denise Pereira da Silva<sup>3</sup>**  
**Marcela Souza Macedo Smigura<sup>4</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a necessidade da educação das relações étnico-raciais, sob uma perspectiva decolonial. Nessa vertente, enfatiza-se a importância de discutir o racismo que estrutura as relações, define os lugares sociais e se reproduz em instrumentos pedagógicos institucionalizados. O objetivo aqui é problematizar, a luz das discussões decoloniais, a utilização de imagens em materiais escolares, especialmente em livros didáticos. Imagens essas produzidas a partir de preceitos do humanismo artístico e científico europeu do século XIX, que são inseridas nos livros didáticos sem uma análise crítica das mesmas em relação ao momento que foram produzidas e ao contexto em que foram inseridas, reproduzindo assim ideários racistas e hegemônicos. Essas reproduções contribuem para a propagação dos propósitos da colonialidade que definem os rumos, os privilégios e os lugares sociais. Além disso, perpetuam a discriminação e a exclusão de cidadãos historicamente expropriados tanto de seus direitos, quanto de sua cultura, seus corpos e sua dignidade.

**Palavras-Chave:** Racismo estrutural; Decolonialidade; Livro didático; Análise de imagens.

Vivemos em tempos em que a busca por uma condição equânime de sobrevivência é um dos principais objetivos da população, e em especial de grupos que por séculos foram relegados às margens dos direitos sociais e dos benefícios desfrutados por parte da população. A democracia é um objetivo a ser alcançado, de maneira que todos possam desfrutar de condições concretas de cidadania com igualdade e dignidade humana, e que cada cidadão tenha possibilidade de acessar espaços e lugares sociais.

O que a história nos mostra é que as condições de sobrevivência no Brasil sempre foram extremamente injustas e a desigualdade impera estruturada no racismo,

---

<sup>1</sup> Professora. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Feira de Santana-Bahia. Brasil. [suely0975@gmail.com](mailto:suely0975@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Feira de Santana-Bahia. Brasil. [gaulisy@gmail.com](mailto:gaulisy@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Feira de Santana-Bahia. Brasil. [denisilveira0101@gmail.com](mailto:denisilveira0101@gmail.com)

<sup>4</sup> Professora. Rede Municipal de Educação. Santo Estevão-Bahia. Brasil. [macssmigura@gmail.com](mailto:macssmigura@gmail.com)

tendo como principais instrumentos o preconceito e a discriminação raciais, como herança da colonialidade, direcionados à população negra mas que afeta a todos e impede a sociedade de se desenvolver equilibradamente. Posturas objetivas e subjetivas de um mundo construído a partir da visão do homem branco colonizador impedem que determinados grupos ocupem todos os espaços democráticos a que têm direito enquanto cidadãos, mas são excluídos em uma sociedade hierárquica estruturada na colonialidade.

O racismo então é a pauta mais urgente a ser enfrentada diariamente e com vigor. Há uma estrutura ideológica que se sustenta através da brutalidade e da redução e extermínio dos sujeitos, seus corpos e sua cultura, uma luta extremamente dura. Pois o enfrentamento é ao patriarcado capitalista supremacista branco, que se estruturou desde o momento da colonização e perdura até os dias de hoje em estruturas complexas que envolvem acima de tudo as instâncias de poder.

O combate ao racismo deve acontecer em todas as áreas e por todas as pessoas, e em destaque está o lugar da população branca que sempre foi beneficiada por ele e tem responsabilidade na reprodução consciente ou não, sendo seu enfrentamento uma responsabilidade que precisa ser entendida com muita seriedade por essa parte da população. Tendo isso em vista, entendemos que o principal mecanismo de transformação de uma população é a educação. Mas, enquanto instituição formal, é também um dos principais cenários de disputas políticas e ideológicas, sendo configurada como um lugar de contradições, ora sendo espaço de transformação social, ora sendo espaço de reprodução das estruturas vigentes de poder.

Esse trabalho então, aborda instrumentos educacionais, tendo como foco principal o livro didático, que frequentemente é utilizado como instrumento de reprodução do sistema e de ideologias que desnivelam a população e relegam indivíduos e grupos à margem social.

A discussão sobre o livro didático, especificamente o de História, se dá por esse instrumento pedagógico utilizar em sua composição gráfica uma grande parte de textos visuais, com foco na inserção repetidamente de imagens em algumas coleções, que retratam o período da colonização ou da república, cujas obras foram produzidas sob os preceitos do humanismo artístico e científico europeu. Imagens essas que, sem contextualização, leitura crítica do texto imagético e sem um cuidadoso trabalho, reproduzem os preceitos e visões da colonialidade que contribuem com as definições dos rumos e os lugares sociais.

O estudo mostra como uma imagem pode ser produzida conscientemente para compor um ideário discriminador e preconceituoso e o quanto o trabalho crítico é necessário no trato com esse texto imagético inserido em um material tão importante e institucionalizado como é o livro didático, primordialmente o de História.

### **O racismo e as relações de poder sob a perspectiva decolonial**

Para entender a lógica do racismo estrutural enquanto forma sistêmica de discriminação tendo a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou não, produzindo desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial pertencente (ALMEIDA, 2019) é preciso revisitar a história da colonização. Isso porque, o processo colonizador, que teve como características principais ações de invasão, expropriação e extermínio dos povos originários, seguido de exploração, conquista e domínio em todo o processo de povoamento dos novos territórios. O racismo está intimamente ligado às dinâmicas de poder que constituíram essas sociedades e que permeiam todas as estruturas ainda hoje.

No processo de colonização a América foi expropriada e situada como periferia da Europa, considerada o centro do mundo, na construção de uma hegemonia de quem a colonialidade se torna constitutiva (DUSSEL, 1993) e, na colonização do Brasil, a política de dominação adotada para subjugar a população estabeleceu formas dinâmicas de sujeição para além da força bélica. Os colonizadores, além de se assenhorar das terras e espoliar as riquezas, impuseram seu padrão de mundo, de sociedade, de ser e de viver sobre os nativos que aqui habitavam, impondo principalmente ideias, princípios e valores que compunham a ideologia dominante e que foram disseminadas para assujeitar a população e estabelecer um entendimento de mundo e de sociedade, "assentado o discurso da inferioridade dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento" (ALMEIDA, 2019, p. 21).

As relações de poder estabelecidas nesse processo permeiam a coexistência de grupos e populações, influenciam a maneira de pensar, de agir e sentir e atribuem posições e lugares sociais, determinam espaços e naturalizam a desigualdade, o não ter, o não ser e o não poder na sociedade, instituindo a linguagem do poder a partir de um conglomerado de interesses políticos e particulares. Para Souza (2017, p. 11) "a questão do poder é a questão central de toda

sociedade, ela é quem determina quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído deles".

Na dinâmica desse contexto foram estruturados tipos de violência contra a população negra sendo o preconceito racial a maior delas, o que impede seu acesso ao capital econômico, social, cultural e político e sistematicamente promove a destruição dos corpos negros. É muito importante questionar esse processo, resgatar historicidades, interpelar os fenômenos sociais e politizá-los, quebrando sua aparência de naturalidade, e assim focar as modalidades distintas de manifestações do racismo e suas interfaces e repercussões na sociedade e na vida das pessoas.

É preciso entender que essas estruturas hierárquicas e sistêmicas se mantêm na atualidade como herança do marco histórico do processo de colonização, que estruturou o sistema mundo a partir da matriz colonial baseada nos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, articulando os lugares periféricos a partir da hierarquia étnico-racial global, em uma matriz colonial de poder com estruturas complexas e níveis entrelaçados. Assim apesar de tais pensamentos terem surgido no processo de colonização, seus desdobramentos perduram até os dias de hoje (MIGNOLO, 2017).

E a ideia de raça, foi uma construção bem sucedida como maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista e, dentre as ideologias estruturadas para dominar os povos, o racismo se destaca como uma das que mais se distingue por sua crueldade e eficácia, cujos efeitos persistem no tempo e nos espaços de maneira sutil e/ou intensamente violenta. Embora o racismo tenha seu surgimento intimamente associado ao escravismo colonial, o discurso racista, se estrutura, alicerça e ganha força mais adiante apoiado nas teorias raciais, largamente difundidas a partir do séc. XIX se fundamentando em uma visão de subalternidade de algumas raças, consideradas inferiores e subdesenvolvidas. Esta se distingue então como uma das maiores e mais bem sucedidas estratégias da colonialidade.

Aqui colonialidade é entendida de acordo com Quijano (2010) enquanto elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista que se sustenta na classificação racial/étnica da população mundial, como estrutura desse padrão de poder, sendo mais profunda e duradoura que o colonialismo, seu alcance se estende a vários planos, meios e dimensões materiais e subjetivas da experiência e da escala hierárquica social.

De maneira estratégica ela se fundamentou e constituiu nas estruturas do sistema mundo a partir de dimensões fundamentais para a organização das sociedades com vistas a um sistema



de poder e dominação. São elas as dimensões: do poder, que se refere as estruturas de controle hegemônico que naturaliza as relações de poder social e político; do saber, dominação do conhecimento e das perspectivas epistemológicas que se sobrepõem as demais; e do ser, que se refere à subjetivação dos sujeitos de forma a destituir sua humanidade, inferiorizando-os e justificando a dominação (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003, 2017; MALDONADO-TORRES, 2007).

No Brasil constatamos que tais preceitos encontraram um campo fértil de desenvolvimento e expansão, devido ao esforço político e intelectual das elites em manter o *status quo* e preservar a hierarquia social, ameaçada no pós-abolição, bem como a intenção de pensar um novo projeto de nação para o país, que, entretanto, se deparava com um grande obstáculo à construção de uma nação totalmente branca, a miscigenação.

Para esse grupo dominante era/é necessário se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontecia no mundo de acordo com interesses próprios (SOUZA, 2017), e isto trouxe aos grupos desfavorecidos sérias consequências. O ideário racial, então, se expandiu pelo país a partir de formas próprias e contextualizadas à realidade brasileira, pois "o racismo não pôde esclerosar-se, teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia, teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava" (FANON, 1980, p. 36) e encontrou então, maneiras próprias de se impregnar na consciência social a partir de ideologias perversas como a do branqueamento, e a suposta democracia racial, enquanto elementos formadores de um projeto de país, de sociedade e da consciência nacional, ideias que ainda hoje estruturam o pensamento de grande parte da população.

Os preceitos da colonialidade trouxeram consequências extremamente danosas para a maior parte da população brasileira e ainda hoje encontram maneiras de se infiltrar nos diversos âmbitos sociais, dentre eles, na educação, muitas vezes de forma sutil, não sendo facilmente percebidas. E, dessa forma o Brasil tem se cristalizado numa sociedade onde a minoria de europeus e seus descendentes tem conseguido manter, através de séculos, o monopólio do poder, do bem-estar material, da educação e do prestígio social, em um país que possui uma estrutura e uma estratégia de dominação racial tão bem estabelecida, tão eficaz e poderosa, que tem permanecido inalterada através de todas as alterações sociopolíticas e econômicas por que passou o país (NASCIMENTO, 1982).

A história de nosso país é, assim, marcada pela implementação da colonialidade epistemológica advinda da visão eurocêntrica, que desde o início disciplinou os sujeitos, numa

perspectiva de soberania e totalitarismo e que ainda hoje guarda resquícios que subjeta indivíduos e grupos e assujeita seus corpos, sua cultura e suas identidades, o que produziu do ponto de vista tanto simbólico como material uma condição contínua de colonizados. E assim a visão de subalternidade política, econômica e cultural vai produzindo sistematicamente a exclusão e a desvalorização de grupos que com sua força de trabalho construíram essa nação.

Nessa perspectiva, ao analisarmos a história educacional no Brasil entendemos que ela é marcada por uma construção intelectual que, em grande medida, é fruto da consolidação de desse pensamento social reprodutor das teorias europeias. Também é fato que o sistema educacional brasileiro é uma herança do modelo educativo colonial, e como tal, tem características hegemônicas de caráter eurocêntrico e colonial. Nessa perspectiva, no pensamento educacional, em todos os sistemas e níveis, existem grandes disputas epistemológicas em que, de um lado existe a intenção de perpetuação das interpretações negativas das diferenças existentes na sociedade, e, do outro, um pensamento libertador de pessoas comprometidas com a luta social, que lutam pela dignidade e autonomia de todos os cidadãos.

A educação nessa conjuntura se configura como um dos grandes instrumentos para a difusão e perpetuação dessa visão, principalmente através dos materiais escolares fornecidos pelo Estado como no caso dos livros didáticos. O que curricularmente as crianças aprendem na escola, compreendido como conhecimento universal, carrega uma infinidade de valores, princípios, hábitos e preceitos advindos da colonialidade, e representa um patrimônio cultural construído pelo grupo detentor da supremacia política, econômica e social, inserido de maneira institucionalizada na escola com objetivos específicos de perpetuar essa estrutura de poder e assim a ordenação curricular se configura como um instrumento eficaz de dominação.

Dentre os instrumentos utilizados nesse processo está o livro didático, principalmente o de História, que se destaca pela larga utilização na sala de aula, como um dos materiais mais importantes na prática pedagógica e também como um dos grandes disseminadores da ideologia hegemônica.

### **O texto imagético do livro didático sob o crivo de um olhar decolonial para uma educação democrática.**

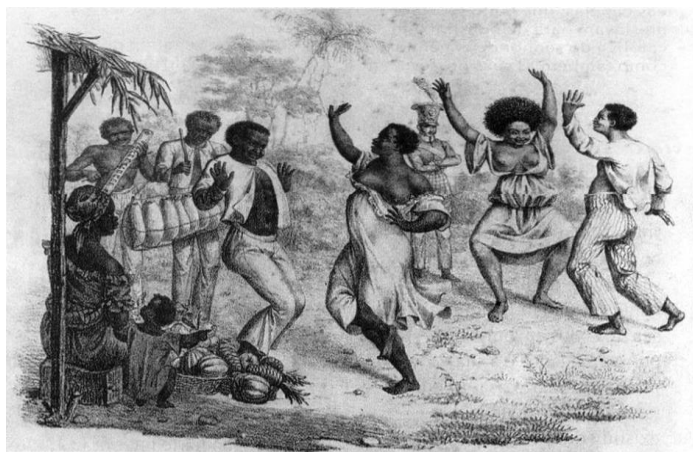
Não é surpresa que os livros didáticos brasileiros, desde sempre reproduziram e complementaram a historiografia pós-colonial, e a circularidade das imagens utilizadas, bem como o modelo imagético de representação sempre foram intimamente relacionados aos preceitos científicos do humanismo europeu. A representação do sistema de convenções e referências comuns à época, bem como o estilo artístico daquele período estão ainda muito presentes no texto imagético que compõem esse material, e nessa compreensão é possível constatar o olhar europeu direcionado aos personagens vistos como "exóticos" e "selvagens" das terras tropicais.

Após séculos de dominação política, econômica e cultural, a colonialidade, como herança do colonialismo, continua produzindo inúmeros padrões de exclusões, sendo urgente o desenvolvimento de posturas críticas ao lugar privilegiado do eurocentrismo e a valorização de todos os sujeitos, povos e culturas, e a educação é o melhor caminho para o fomento dessas posturas. Nesse aspecto, o livro didático precisa ser visto como objeto de análise e seus textos verbais e imagéticos precisam passar pelo crivo de um olhar decolonial se pretendemos alcançar uma educação realmente democrática.

É nessa perspectiva que apresentamos aqui um exemplo de imagem recorrentemente inserida no processo educacional por meio de livros didáticos, aprovados e distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. Precisamos lembrar que as coleções de livros didáticos, especialmente as de História, recomendadas às escolas pelos Guias de Livros Didáticos/PNLD, geralmente contêm textos imagéticos de obras produzidas no século XIX, como documentos históricos. A análise aqui apresentada problematiza a maneira como tais imagens foram construídas e, ainda hoje são utilizadas sem que estas coleções didáticas problematizem mais criticamente as mesmas, ao serem inseridas como texto imagético em apoio ao seu texto verbal.

Seguimos, então, destacando elementos da imagem abaixo a partir da análise crítica de imagens, de acordo com os conhecimentos produzidos por autores do campo do Desenho, e das perspectivas críticas decoloniais, demonstrando como é possível, nessas imagens, identificar e entender os propósitos do colonizador.

**Figura:** O batuque de São Paulo. Gravura de Spix e Martius, 1817.



Fonte- [http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540\\_2003/edu/produto/escravidao/resistencia2.htm](http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/edu/produto/escravidao/resistencia2.htm)

A imagem apresentada, O Batuque de São Paulo, criação dos artistas Spix e Martius está inserida no livro História, Projeto Buriti, da Editora Moderna (COSTA JÚNIOR, 2007), mas também é inserida em outras coleções de anos posteriores. É uma imagem em preto e branco que retrata uma festa do povo negro. A partir dos conhecimentos da área do Desenho, da linguagem visual, alguns aspectos serão destacados na composição da obra, segundo o entendimento de Arnheim (2007) de que toda a composição de uma imagem é pensada na intenção de corporificar uma ideia, nesse aspecto, não há neutralidade e nem ingenuidade no momento em que cada traço e cada elemento é escolhido para compor uma obra de arte.

Nessa perspectiva, a partir de um olhar crítico, podemos entender como elementos que compõem a imagem podem ser utilizados como estratégias para compor e reforçar a ideologia racial existente naquele momento, em que as teorias raciais estavam em efervescência nos ambientes acadêmicos e científicos em consonância com os preceitos humanísticos científicos e artísticos daquele tempo, século XIX.

Percebemos que, dentre os elementos utilizados, a sombra e a luz, elementos primários de composição de uma figura e/ou um desenho, se destacam. Esses elementos dão as formas necessárias às figuras e expõem objetos e personagens, guiando os olhos e criando uma relação hierárquica visual de modo que aspectos secundários podem ser subordinados à vontade do autor (ARNHEIM, 2007). É preciso destacar que muito além da construção de ordem e unidade, esses elementos carregam fortes propriedades ideológicas, relacionadas ao simbolismo religioso, e a forma como são trabalhados pode carregar forte simbologia correlacionando arquétipos religiosos de características antagônicas, associadas ao bem e ao mal, a bondade e a maldade, a luz e as trevas. E assim expõe a ideia de forças sociais que se combatem entre si,





sendo que a maneira como a sombra é utilizada pode fazer com que os personagens sejam dotados de “um estranho poder de provocar obscuridade” (ARNHEIM, 2007, p. 304). Na imagem percebe-se que a associação desses elementos a outros, que compõem este conjunto imagético, provoca a relação com tais preceitos.

Outro elemento em destaque é o movimento que, segundo Arnheim (2007) é uma combinação de sistemas que se integram ao todo, prendem a atenção e fazem o olho voltar-se para a ação e seu curso, e assim, todos somos atraídos pela dinâmica. Em uma obra de arte, o autor consegue atribuir propriedades dinâmicas que produzem uma ilusão de movimento real a uma figura que é estática. Isso traz ilusão porque acabamos vendo movimento onde não há e mobilidade em um objeto imóvel.

As imagens apresentam certa interação entre espaço, cenário e alguns objetos, além das figuras humanas. O espaço ou a vegetação e o solo aparecem exercendo o papel de moldura, na qual os personagens estão inseridos. No jogo desses elementos, a imobilidade espacial reforça a ilusão de movimento dos personagens (SOUZA, 2016). A imagem sugere ritmo e nos leva a pensar em uma música com muita cadência, compasso e regularidade. No entanto, é preciso ressaltar que o enfoque do movimento não chama tanto a atenção como o enfoque corporal dado aos personagens o faz, o que nos remete a exposição dos personagens.

Em relação a eles alguns elementos chamam muito a atenção, a começar pelas expressões, que aparecem grotescas, de maneira deformada e com aspecto animalesco. Isso é recorrente nas imagens desse período, pois o negro ilustrado de maneira caricatural, com expressões doentias e animalizadas pretendia mitificar ideologicamente as diferenças, adjetivando-as, e, dessa maneira, legitimando e justificando a dominação branca (SOUZA, 2016). Isso reflete claramente a concepção de degradação física e moral que se tinha dos povos negros.

As pessoas aparecem descalças, como retrato histórico de sua subalternidade, embora estejam em ambiente que não se pode distinguir, se é rua, quintal, senzala etc. As mulheres recebem destaque, pois aparecem expondo os seios, partes íntimas que destacam sua feminilidade, no entanto, são mostradas de maneira deselegante, vulgar e retratadas com banalidade. Isso retrata a concepção que se tinha sobre a mulher negra, concebida como objeto de sedução e apelo sexual, sedutoras e lascivas (SILVA, 2004).

Segundo Shohat e Stam (2006), as mulheres do terceiro mundo eram marginalizadas, aparecendo basicamente como subalternas dotadas de enorme apetite sexual e movidas por uma



intensa sensualidade, desse modo, esse discurso apresenta a terra colonizada e seus habitantes como objetos de desejos apelativos e obscenos. As concepções que se tinha da mulher negra da terra tropical, fomentaram desrespeito e violência que as levaram a serem subjugadas como objetos, pelo homem branco colonizador que, por muitas e recorrentes vezes, estuprou e assujeitou muitas delas, o que resultou em muitas crianças mestiças e sem reconhecimento paterno. E nesse aspecto, as fantasias sexuais desses homens brancos europeus irresponsavelmente e de forma animalesca tiveram vazão na subjugação das escravas negras consideradas como "peças" e mais um objeto de seu senhor, e assim lamentavelmente saciaram suas fantasias e erotização (SHOHAT; STAN, 2006).

Tais concepções ainda hoje se estruturam no imaginário e consciência social, na medida em que a visão estereotipada da mulher afro-brasileira dentro e fora do Brasil, supervaloriza os atributos físicos e sexuais em detrimento de outros aspectos, reforçando tais estereótipos não prestigiam a mulher afrodescendente e a desvalorizam em suas grandes, variadas e ricas qualidades.

A imagem apresenta muita sobreposição, que é um elemento de profundidade e dá a possibilidade de ocultar alguns objetos ou sujeitos e expor outros, dando a noção de que existe espaço entre eles. Ao utilizar esse elemento, o autor expõe o que ele quer que estejam em primeiro, segundo e terceiro planos, expondo alguns detalhes e ocultando outros. E por essa estratégia, o autor expõe a figura de um guarda, símbolo de autoridade que está ali para garantir que a ordem não será perturbada. Sua postura expressa uma apreensão, os braços cruzados demonstram rejeição e até certo desprezo em relação ao que ele observa. Tal figura, desnecessária, parece ter sido colocada para mostrar a necessidade de se controlar uma manifestação espontânea e popular de um grupo, considerado pelos colonizadores como irracional, evidenciando a forte manifestação do preconceito em relação a cultura do povo negro, que nunca foi respeitada ou valorizada na integridade de seus valores e preciosidade de seus elementos culturais (SOUZA, 2016).

Essa imagem expressa claramente a noção de superioridade, e a concepção ideológica negativa sobre os sujeitos e grupo negro, ridicularizando seus corpos, suas crenças, manifestações e sua herança cultural em um discurso claramente estruturado para desqualificar toda essa população, de maneira que fossem legitimadas as ações cruéis de dominação política, econômica, cultural e social, justificando o poder do imperialismo (SOUZA, 2016).

A presença dessa imagem no livro didático citado, e também em livros de outras coleções, com a exposição dessa cena sem nenhuma reflexão, explicação ou orientação, deixa claro que não há intenção de desconstruir os preconceitos e estereótipos produzidos historicamente em relação ao negro e sua cultura, e contribui para que ainda hoje tais pensamentos sejam legitimados e perpetuados, demarcando a presença imperiosa da colonialidade no ambiente pedagógico institucional, apesar das leis estabelecidas e de todas as ações e lutas para se mudar a visão do povo brasileiro e acabar com as ideologias raciais que povoam e estão enraizadas na consciência da nação.

Analisar esses textos visuais e como os mesmos são apresentados junto aos textos verbais se torna importante para o combate ao racismo estrutural, descortinando a colonialidade por detrás, não somente das imagens, mas também das intenções com que as mesmas são utilizadas, pois é fato que imagens trazem informações, história, valores e despertam sentimentos em quem as observa, e a maneira como elas são utilizadas em um material institucionalizado, como o livro didático, nos mostra o quanto os marcadores ideológicos estão fortemente presentes nesses livros, distribuídos pelo poder estatal, a partir da política educacional de produção e distribuição de materiais escolares e reforça a necessidade de um olhar crítico sobre eles e sobre as motivações e intenções com que esses materiais são produzidos e distribuídos.

### **Considerações finais**

Decolonizar os espaços educacionais é de extrema urgência, se quisermos caminhar para dar um basta no racismo estrutural e para construir uma sociedade realmente democrática. Os preceitos coloniais que estendem seus tentáculos a todas as áreas e instâncias sociais precisam ser compreendidos, desvendados e combatidos. Vimos que historicamente o poder se estruturou a partir dessa visão hegemônica de sistema mundo e que grande parte das relações hoje se estruturam consciente ou inconscientemente baseados em valores, princípios e visões de mundo, que se amparam na concepção de superioridades e inferioridades entre os seres humanos e definem a maneira como cada grupo deve sobreviver e quem deve estar nas instâncias de governo e poder e desfrutar dos privilégios e confortos da economia e dos status sociais.

Pensar a educação hoje a partir da decolonialidade é levar em consideração a necessidade de mudança, concebendo-a como um dos grandes caminhos para isso por meio da formação das novas gerações. No entanto, a política educacional reflete toda a complexidade dessa dinâmica em seus vários aspectos, desde a promulgação das leis até seu cumprimento real e as estruturas e estratégias garantidas por ela. Muitos aspectos precisam ser pensados, dentre eles poderíamos destacar a formação de professores para lidar com toda essa dinâmica e com a diversidade que temos no país, tendo em vista que grande parte deles não está preparada para os desafios que o racismo impõe à sala de aula, o que, sem dúvida, compromete o objetivo de formação de futuros cidadãos não racistas e preconceituosos.

O aspecto da formação do professor não é o foco da discussão nesse trabalho, mas sim os materiais que auxiliam esse professor em sua prática pedagógica, e a problematização principal é a constituição desses materiais, eivada de colonialidade e que faz com que muitos reproduzam o sistema, caso não haja uma análise criteriosa em suas práticas. Por isso, ressaltamos a importância de uma leitura crítica de imagens que forneçam subsídios para a educação das relações étnico-raciais, principalmente no que tange ao estudo e valorização dos povos africanos e afro-brasileiros e sua cultura e contribuição para a construção da nação brasileira, como forma de conscientização e valorização identitária.

A educação das relações étnico raciais na infância é, não somente importante, como extremamente necessária, de maneira que os futuros cidadãos possam compreender os desdobramentos do racismo, suas consequências e o dever de cada indivíduo, independente de qual grupo pertença, no combate a essa construção tão nociva aos seres humanos, levando em consideração a responsabilidade do grupo branco no reconhecimento de seus privilégios e no combate a tais preceitos como compromisso legal e moral para com a humanidade.

Essa reflexão aborda um dos materiais mais importantes na prática pedagógica da grande maioria dos professores e a análise crítica de textos visuais em sua composição gráfica, que, com ar de neutralidade, transmitem fortemente muitos preceitos da colonialidade, destacando aqui o racismo estrutural.

A análise de imagens, proporcionada pelos estudos do campo do Desenho unida as discussões sobre a colonialidade nos fornecem fortes argumentos para a crítica de livros didáticos que, distribuídos pelo poder público, continuam contribuindo para a divulgação, formação e perpetuação de preceitos que não podem mais ter lugar na sociedade, principalmente naquelas que se propõem serem democráticas, justas e igualitárias.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. São Paulo: Cernage Learning, 2011.
- COSTA JUNIOR, César da (ed.). **História, Projeto Buriti**. São Paulo: Editora Moderna, 2007.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.
- MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 32 n° 94. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>. Acesso em: 29 de dez. de 2020.
- NASCIMENTO, Adbias do. **O negro revoltado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 29 de dez. 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação racial. In. SANTOS, Boaventura, S.; MENESES, Maria P. (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.



III Congresso Internacional  
V Congresso Nacional

**25 a 28**  
**Agosto 2021**



SOUZA, Jesse. **A elite do atraso:** da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Suely S. **Educação e desenho:** o livro didático e as influências ideológicas das imagens. Feira de Santana UEFS editora, 2016.